

O Ecofeminismo e a Teologia Ecofeminista

Ecofeminismo y Teología Ecofeminista

Ecofeminism and Ecofeminist Theology

Andréa Bernardes de Tassis Ribeiro Lima¹

Resumo

O termo ecofeminismo é do final de 1970, foi cunhado no interior de movimentos sociais e políticos na França, a fim de associar dois movimentos distintos: o movimento ecológico e o feminista. O ecofeminismo defende que a opressão da mulher e a destruição do planeta são fenômenos interligados em que ambos sofrem de violência para a dominação, para o controle do que é diferente e daquilo de onde se provem os recursos. Entre as diferentes vertentes do ecofeminismo, o ecofeminismo simbólico-construcionista acredita que a cura do mundo e o fim do dualismo homem/mulher são as respostas para os problemas atuais. Sob uma perspectiva religiosa acerca do ecofeminismo, há autores que defendem que a ética da aliança do Antigo Testamento traz uma visão do universo inteiro como sendo sagrado e, portanto, objeto de cuidado. Neste sentido, não há a divisão homem/espírito x mulher/físico, ou seja, o ecofeminismo nos convida a repensar os símbolos do sagrado e pensar o mundo sobre uma nova perspectiva. No Brasil, as teologias feministas se desenvolveram dentro dos movimentos sociais e eclesiais sob o viés de construir outra mentalidade em relação ao todo, por meio da crença em uma unidade antropológica, que aponta para uma lógica da igualdade entre homens e mulheres e combatendo qualquer forma de sexismo; além disso, crê no aprofundamento das relações entre os seres humanos e os demais seres da Criação como seres interdependentes.

Palavras chaves: ecofeminismo, ecofeminismo simbólico-construcionista, unidade antropológica

Resumen

El término ecofeminismo es de finales de la década de 1970, fue acuñado dentro de los movimientos sociales y políticos en Francia, con el fin de asociar dos movimientos distintos: el movimiento ecológico y el movimiento feminista. El ecofeminismo defiende que la opresión de la mujer y la destrucción del planeta son fenómenos interconectados en los que ambos sufren violencia por la dominación, por el control de lo diferente y de lo que provienen los recursos. Entre las diferentes corrientes del ecofeminismo, el ecofeminismo simbólico-construcionista cree que sanar el mundo y acabar con el dualismo masculino/femenino son las respuestas a los problemas actuales. Desde una perspectiva religiosa del ecofeminismo, hay autoras que sostienen que la ética de la alianza del Antigo Testamento trae una visión de todo el universo como algo sagrado y, por lo tanto, objeto de cuidado. En este sentido, no existe la división hombre/espíritu x mujer/físico, es decir, el ecofeminismo invita a repensar

Doutora pela PUC Goiás. E-mail: abtr.mg@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7723-5340>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5162878865086170>.

los símbolos de lo sagrado y pensar el mundo desde una nueva perspectiva. En Brasil, las teologías feministas se han desarrollado dentro de los movimientos sociales y eclesiásticos bajo el sesgo de construir otra mentalidad en relación con el todo, a través de la creencia en una unidad antropológica, que apunta a una lógica de igualdad entre hombres y mujeres y al combate de cualquier forma de sexismo; además, cree en la profundización de las relaciones entre los seres humanos y los demás seres de la Creación como seres interdependientes.

Contraseñas: ecofeminismo, ecofeminismo simbólico-constructivista, unidad antropológica

Abstract

The term ecofeminism is from the late 1970s, it was coined within social and political movements in France, in order to associate two distinct movements: the ecological movement and the feminist movement. Ecofeminism defends that the oppression of women and the destruction of the planet are interconnected phenomena in which both suffer from violence for domination, for the control of what is different and what resources come from. Among the different strands of ecofeminism, symbolic-constructionist ecofeminism believes that healing the world and ending male/female dualism are the answers to current problems. From a religious perspective on ecofeminism, there are authors who argue that the Old Testament covenant ethic brings a vision of the entire universe as being sacred and, therefore, an object of care. In this sense, there is no man/spirit x woman/physical division, that is, ecofeminism invites us to rethink the symbols of the sacred and think about the world from a new perspective. In Brazil, feminist theologies have developed within social and ecclesiastical movements under the bias of building another mentality in relation to the whole, through the belief in an anthropological unity, which points to a logic of equality between men and women and combating any form of sexism; moreover, it believes in the deepening of relations between human beings and the other beings of Creation as interdependent beings.

Keywords: ecofeminism, symbolic-constructionist ecofeminism, anthropological unity

Introdução

Este artigo visa abordar, por meio de análise bibliográfica o tema do ecofeminismo: suas origens, vertentes e significados, de forma geral, no mundo e, mais especificamente, no Brasil.

Para tanto, autoras como Candioto (2012) e Ruether (2014) trazem os conceitos que fundamentam este trabalho e a interpretação de que o ecofeminismo simbólico/cultural é a base para a teologia feminista que repensa o mundo sob o fundamento do igualitarismo, baseado na relação democrática entre gênero e natureza.

Assim, o artigo apresenta-se com as seguintes seções: 1. Ecofeminismo, que trará de forma sucinta um histórico e significados do ecofeminismo no mundo e no Brasil. Além disso, ênfase a perspectiva ecofeminista simbólico-construcionista em associação com uma interpretação sacralizada do ecossistema e da mulher, tendo em mente uma ética eclesial; 2. Teologia Ecofeminista, que aborda o tema do desenvolvimento tanto dentro dos movimentos sociais quanto eclesiais das teologias feministas e a busca pela construção da crença em uma unidade antropológica; por fim, 3. Conclusões.

Ecofeminismo

O termo ecofeminismo é do final de 1970, foi cunhado no interior de movimentos sociais e políticos na França, a fim de associar as lutas “por transformação das relações de poder entre homens e mulheres também à necessária mudança das relações humanas com o ecossistema” (Richter Reimer, 2019, p. 121 e 129), ou seja, acolhia em si dois movimentos sociais: o movimento ecológico e o feminista. Percebe-se, portanto, que este movimento cujas propostas preveem reformas sociais e políticas questionam as bases que sustentam a sociedade atual, por meio de novas propostas de vida e de organização social (Flores e Trevizan, 2015, p. 11 e 12).

De acordo com Candiotta (2012, p. 1397), um dos aspectos centrais do ecofeminismo é “ter mostrado que a associação entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza é própria das culturas patriarcais, particularmente da cultura ocidental”. Também Ress (2010, p. 112) afirma que “la intuición fundamental del ecofeminismo es la convicción de que la opresión de la mujer y la destrucción del planeta vienen del mismo sistema patriarcal”². Este sistema nega a união primordial com o cosmo, a interdependência de todas as espécies juntamente com o meio ambiente. Nesse sentido, o ecofeminismo propõe o “abandono da perspectiva antropocêntrica, em favor de uma perspectiva global e sistêmica, na busca de valores mais integrativos, como cuidado, cooperação e conservação”, “una nueva

² A intuição fundamental do ecofeminismo é a convicção de que a opressão da mulher e a destruição do planeta vêm do mesmo sistema patriarcal (Tradução minha).

cosmovisão que está más en armonía com los ecosistemas del planeta”³, uma nova perspectiva para compreender a realidade (Flores e Trevizan, 2015, p. 12; RESS, 2010, p. 112).

Didaticamente existem três tendências ecofeministas: a clássica/essencialista, a espiritualista e a construtivista (Flores e Trevizan, 2015, p. 13-14; Candiotta, 2012, p. 1398-1399; Richter Reimer, 2019, p. 129-130).

1. Clássica – considera que o homem/masculino teria uma predisposição natural para agredir, competir e destruir; em contraposição, uma ética feminina seria a de proteger os seres vivos, na busca por construir relações de igualdade, de pacificação e de preservação da natureza. O problema da abordagem clássica se coloca na percepção essencialista entre mulher e natureza. Os defensores desta vertente acreditam em um igualitarismo primordial entre os seres humanos, coincidente com a veneração da divindade como Deusa que foi rompido pela dominação patriarcal.
2. Espiritualista – fundamentada em alguns princípios religiosos argumenta que o desenvolvimento de ciências e tecnologias gerou simultaneamente processos de violência contra a mulher e o meio ambiente/ecossistema, ou seja, as diferenças encontram-se no processo do desenvolvimento “selvagem”, que teria descuidado da finitude e capacidade de resiliência da natureza. Mobiliza-se contra a dominação, o antropocentrismo, o racismo, o sexismo e o elitismo, atribuindo para a mulher uma natural tendência protetora da natureza.
3. Construtivista – tem semelhanças com as duas anteriores, pois compartilham dos ideais contra o racismo, contra o antropocentrismo e contra os imperialismos, assumindo, contudo, uma explicação sociocultural em que a relação que a mulher estabelece com a natureza advém da responsabilidade de gênero, que também resulta da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade. Dessa forma, acredita-se que a explicação é cultural, produto da divisão social do trabalho e de uma estrutura social marcada pela desigualdade, ou seja, a conexão mulher/natureza foi algo forjado pelo patriarcado para dominar as mulheres e a natureza.

³ Uma nova cosmovisão que está mais em harmonia com os ecossistemas do planeta (Tradução minha).

Assim, os grupos construtivista e essencialista são denominados por Candiotto (2012, p.1398 e 1404) de simbólico-cultural para os quais a dominação das mulheres está associada à dominação da natureza, ambas postulam que a conexão mulher-natureza justifica sua dominação e submissão. Entretanto, para aqueles que defendem a vertente construtivista, a dominação das mulheres pelos homens está vinculada à dominação histórica da natureza pela cultura.

Para muitos antropólogos, tanto a natureza como as mulheres são apreendidas como realidades inferiores à cultura, a qual é associada aos homens. A separação entre natureza e cultura tornou-se uma chave interpretativa importante para a civilização ocidental manifestando-se através da separação entre as ciências humanas e as ciências exatas e também da organização política. Grupos humanos foram denominados primitivos e classificados como mais próximos da natureza. Inferiores, portanto. Isto justificou diferentes formas de dominação: negros, indígenas e mulheres faziam parte da natureza, o que justificava sua submissão à ordem da cultura (Candiotto, 2012, p.1404).

O ecofeminismo identifica, portanto, na cultura patriarcal “a origem da catástrofe ecológica atual, tendo sido a natureza e as mulheres, ambas associadas à reprodução da vida, o alvo das agressões desse sistema” (Flores e Trevizan, 2015, p. 12). Também Ressa (2010, p. 113) acredita que a opressão da mulher e a destruição do planeta são fenômenos interligados em que ambos sofrem de violência para a dominação, para o controle do que é diferente e daquilo de onde se provem os recursos. Dessa forma relacionou-se as mulheres com corpo, terra, sexo, a carne na sua mortalidade, fraqueza e “inclinação ao pecado”, seres que deveriam ser dominados; enquanto a masculinidade é identificada com espírito, mente e poder soberano sobre mulheres e natureza (Ruether *apud* Candiotto, 2012, p. 1404). Ou seja, sob esta perspectiva “as mulheres, [estão] mais próximas da natureza e da matéria; [já] os homens, mais próximos da cultura e do espírito” (Candiotto, 2012, p. 1404).

A proposta defendida pelo ecofeminismo simbólico-construcionista é a cura do mundo e o fim do dualismo homem/mulher. Uma cura integral, em que são corrigidas as relações de gênero, das diferentes classes sociais e, entre os seres humanos e os demais seres da terra por meio da criação de uma nova ética (Candiotto, 2012, p. 1405). Esta ética, vincularia os aspectos social, político e religioso para uma nova forma de pensar e viver, um novo paradigma de

organização social frente aos problemas ambientais (Flores e Trevizan, 2015, p. 11-12).

Hoornaert (2014, p. 46-47) afirma, por exemplo, que o “mal feminino” é uma produção ideológica que serve “para manter o poder em mãos masculinas, mas também dificulta a percepção das diversas técnicas usadas para que esse poder seja mantido na sociedade”. A religião foi amplamente utilizada para tal fim. Ruether, no entanto, visualiza uma nova leitura religiosa sobre esta temática. Para a autora, a ética da aliança do Antigo Testamento torna o universo inteiro sagrado e, portanto, objeto de cuidado. Assim, a ressacralização do mundo seria uma resposta à sua dessacralização tecnológica e científica. Se a era tecnológica provocou um desencantamento do mundo, “a era ecológica incentiva a uma conscientização profunda em torno da presença do sagrado em cada ser existente no universo” (Berry *apud* Candiotto, 2012, p. 1406), a fim de construir uma comunidade marcada pela equidade entre os humanos, e entre estes e os não humanos (Candiotto, 2012, p. 1407). Nesse mesmo sentido, a teóloga Ivone Gebara, segundo Ruether (2014, p. 181), defende que a teologia é uma construção humana e como tal incluem as relações sociais bem como do ser humano com a natureza.

As teologias feministas, são, portanto, teologias contextuais visto que respondem os respectivos contextos em que estão inseridos. Assim, de acordo com Richter Reimer (2019, p. 129) é dentro dos movimentos sociais feministas que se iniciam os “estudos teológicos sobre Ecologia, especificamente em perspectivas ecofeministas, que coaduna ênfases e demandas feministas com emergências ambientais ecológicas, também vinculadas às relações econômico-sociais”. Também Gebara participa deste entendimento, para esta a teologia feminista decorre de contextos distintos, contextos próprios, mas que não se limitam às suas particularidades, oriundos da pluralidade das experiências humanas. Dessa forma, para Gebara, a teologia feminista tem o papel central de dismantelar “o paradigma fundacional patriarcal que influenciou as relações dos seres humanos entre si, a natureza e com Deus” (*apud* Ruether, 2014, p. 179). Em outras palavras, Gebara, como afirma Ruether (2014, p.179), luta contra os dualismos hierárquicos que moldam a epistemologia, cosmologia e ética, dualismos que “dividem Deus e criação como espírito sobre a matéria, masculino sobre o feminino”.

Exemplos destes dualismos encontram-se nas figuras de Maria (mãe de Jesus) e Maria de Mágdala, ambas “construções ideológicas que reforçam o poder vigente na sociedade”, em que “a natureza é representada por imagens femininas, enquanto a divindade é masculina” (Hoornaert, 2014, p. 47 e 51). A primeira (Maria, mãe de Jesus) possui considerável capacidade de assimilação

É uma imagem mitológica, resultante da confluência de diferentes devoções praticadas por povos que habitavam os vastos territórios mediterrâneos e orientais dominados pelos romanos em torno de deusas-mães como Cibele, Demeter, Magna Mater, Mater Deum Magna, Ísis e outras. (...) [Sua devoção como] virgem e mãe, colabora para manter a ordem e a hierarquia, tanto na família como na sociedade. É a partir dessa compreensão “política” que se elabora, ao longo dos tempos, uma complexa iconografia de Maria, que transmite, invariavelmente, a mesma mensagem de conformidade, submissão, vida regrada e obediência. (...) (Hoornaert, 2014, p. 48, 49).

A segunda (Maria de Mágdala) possui sua imagem com data e local precisos. Ao contrário do que os evangelhos nos informam, a imagem atual de Maria Madalena é do final do século V, quando o papa beneditino Gregório Magno pronunciou um sermão “no qual ele baralha diversos episódios dos evangelhos protagonizados por mulheres, mistura tudo e reduz diversos personagens a um só” (Hoornaert, 2014, p. 51-52). Assim, a Maria apóstola que “se projeta com liderança no grupo apostólico, como evidencia o *Evangelho de Maria*” torna-se a pecadora arrependida, associando sua imagem à tentação e pecado, arrependimento e penitência (Leloup *apud* Hoornaert, 2014, p. 51-52).

Teologia Ecofeminista

De acordo com Richter Reimer (2013, p. 89), “a religião carrega em si o poder de organizar e estruturar as relações de vida não apenas das pessoas e entre as pessoas, mas também delas em relação à casa maior que é o mundo”. Assim, dentro de movimentos sociais, também a religião se fez presente, contribuindo no entendimento histórico sobre a construção das relações de gênero a fim de pensar em novos formatos para tais relações. Se, historicamente a religião contribuiu para criar, justificar, legitimar e/ou consolidar relações de subordinação, opressão e

discriminação entre homens e mulheres, étnicas e socioeconômicas, ideológicas e político-culturais, também a religião motivou “buscas e experiências de resistência, de questionamento do *status quo* e de construção e experimentação de que ‘outro mundo é possível’” (Richter Reimer, 2013, p. 89).

Assim, Gebara observa que as mulheres teólogas ganham voz no momento em que tomam consciência de serem agentes históricos, momento em que os sistemas de dominação entram em colapso por revelarem-se injustos e destrutivos. Portanto, para Ruether (2014, p. 180), Gebara acredita “que devemos questionar os grandes dogmas teológicos usando a experiência diária da mulher, e ela oferece reinterpretções radicais de tais dogmas”.

Dessa forma, mulheres teólogas e alguns homens também participaram de movimentos populares, como o movimento feminista e ecofeminista (Richter Reimer, 2019, p. 121). No Brasil, as teologias feministas se desenvolveram dentro dos movimentos sociais e eclesiais. “Epistemologicamente compartilha[va]m de elementos centrais da Teologia da Libertação latino-americana”, e compartilhavam as experiências de diferentes mulheres, seu cotidiano, suas lutas, alegrias, opressões, violências e conquistas (Richter Reimer, 2019, p. 121).

Sendo a religião praticada em espaços sociais, Richter Reimer (2019, p. 123) afirma que também aqui é possível verificar as relações sociais de gênero que perpassam por uma “cadeia ou rede de desigualdades que são justificadas e legitimadas via cultura”, geralmente marcada por violências que podem ser localizadas inicialmente

em casa, na família e na comunidade (nível micro) e interpenetra ou atravessa a economia e o mercado de trabalho, as leis, as políticas de Estado, as mídias, as igrejas (nível macro) e influencia pressupostos/preconceitos que constituem a base a partir da qual são definidas as macropolíticas de desenvolvimento (Miranda *apud* Richter Reimer, 2019, p. 123).

Tais desigualdades são justificadas por meio do patriarcalismo e da religião monoteísta que afirmam a existência de uma cadeia hierárquica dos seres e coisas em função da qual é justificado o domínio do superior sobre o inferior, a exploração da ‘natureza’, do ‘outro’. Essa hierarquia afirmou o senhorio dos seres humanos sobre os demais seres. Entretanto, a teologia feminista contemporânea

busca construir outra mentalidade em relação ao todo, por meio da crença em uma unidade antropológica, que aponta para uma lógica da igualdade entre homens e mulheres e combatendo qualquer forma de sexismo; além disso, crê no aprofundamento das relações entre os seres humanos e os demais seres da Criação como seres interdependentes (Candiotto, 2012, p. 1396; Richter Reimer, 2013, p. 90). Em outras palavras, a teologia feminista pretende a igualdade de direitos sociais, econômicos e políticos para homens e mulheres por meio de “uma mudança nas relações sociais tanto dentro do contexto social e familiar como na sociedade como um todo” (Lassak, 2012, p. 96).

Para Ruether (2014, p. 177) o movimento feminista desafia, então, “o paradigma de toda a teologia cristã clássica baseada em dualismos hierárquicos do espírito sobre o corpo, identificado com o masculino sobre o feminino”. A autora afirma que Gebara divide a teologia feminista em duas fases que denomina “feminismo patriarcal”, fases estas que desafiaram paradigmas cristãos da humanidade: na primeira fase, as mulheres latino-americanas começaram a reconhecer que são oprimidas enquanto sujeitos históricos, opressão na Bíblia, na teologia, nas igrejas, e iniciando a procura de modelos femininos na Bíblia: profetisas, matriarcas e discípulas de Jesus; na segunda etapa enfatizou-se a “feminização dos conceitos teológicos” por meio da descoberta de expressões femininas de Deus existentes na Bíblia (Ruether, 2014, p. 178).

Estas etapas, de acordo com Gebara, buscam dismantelar um papel ambíguo que a religião constrói no sentido do mal ou do pecado. Se, a maioria das religiões, são usadas por parte dos poderosos para tentar controlar e dominar através da ideia de um Deus poderoso invulnerável, patriarcal; por parte dos sem poder busca-se criar “contramitos” de grandes salvadores que derrotarão os opressores, os messias, que em sua maioria tendem a reproduzir o sistema de violência. Exceção foi a figura de Jesus que clamou a todos (privilegiados e desprivilegiados) para unirem-se em uma comunidade de serviço recíproco e celebração (*apud* Ruether, 2014, p. 183).

Conclusões

Entre as vertentes do ecofeminismo, o ecofeminismo simbólico/cultural é a base para a teologia feminista (Candiotto, 2012, p. 1408). Isto porque a tese do essencialismo desvia a atenção sobre as principais problemáticas sociais da atualidade quando propõe uma essência comum entre mulher e natureza (Candiotto, 2012, p. 1409). Já a tese construcionista defende que a identificação das mulheres à natureza, seu papel biológico reprodutivo e o cuidado e nutrição dos filhos são resultados da construção histórica da própria sociedade patriarcal afim de afastar as mulheres do “acesso aos bens culturais, educacionais e religiosos e subjugar-las como outros grupos humanos historicamente *tornados* inferiores pela cultura ocidental em razão de sua aproximação da natureza incontrolável, como indígenas e negros” (Candiotto, 2012, p. 1410).

Flores e Trevizan (2015, p. 15 e 16) citando Sandilands afirmam que o foco do ecofeminismo está na relação democrática entre gênero e natureza, já que as relações de igualdade respeitando as diferenças é um de seus princípios, assim como a sustentabilidade ambiental. Valores ecofeministas tais como:

inclusão social, organização não hierarquizada, ausência de práticas discriminatórias quanto à raça, classe social, religião e ao gênero nas famílias e na comunidade, processos de tomada de decisão e exercício do poder; capacidade de desenvolvimento de uma economia em nível local, igualdade de oportunidades de acesso aos bens e serviços, igualdade de gênero na divisão do trabalho; e a presença ou não de práticas e/ou atitudes conservacionistas, especialmente em termos de investimento em tecnologias de baixo impacto e de relações de interdependência com a natureza, de forma a respeitar a capacidade de regeneração dos componentes naturais dentro do ecossistema (Flores e Trevizan, 2015, p. 17-18)

Formam a base do movimento ecofeministas e podem ser observados em ecovilas que possuem o princípio da divisão de tarefas em casa e na comunidade, que indicam papéis sociais não rígidos; igualdade dos direitos civis; autonomia política, econômica e social; valorização da parceria, cooperação e instituições como a família, governança, escola, por meio do agrupamento de unidades sociais menores (cooperativas, grupos de compartilhamento de conhecimentos, etc.), os quais permitem a diversidade e flexibilidade de decisão e ação. Além da

valorização de serviços comunitários e voluntários, voltados para as políticas sociais aos mais necessitados (Flores e Trevizan, 2015, p. 20-21).

Tudo isso demonstra que quando “homens e mulheres se reconhecerem dotados das mesmas capacidades intelectuais, morais e culturais”, assumem a responsabilidade mútua diante da comunidade, diminuindo os desequilíbrios injustos de poder, construindo relações de parceria, amor e reciprocidade, valorizando o cuidado e respeito, solidariedade e dignidade (Richter Reimer, 2013, p. 90; Ruether, 2014, p. 183-184).

Neste sentido, uma das propostas de teologias ecofeministas é a cura integral do mundo, indissociável da postulação de uma nova espiritualidade, articulada também com a política e a sociedade (Gebara, 1997, 2000; Richter Reimer, 2010 e 2019, p. 133; Ruether, 2014).

O movimento ecofeminista no Brasil foi muito influenciado pela ação da religião, principalmente, alguns setores mais progressivos da Teologia da Libertação, que atuavam fortemente em regiões das margens, exerceram um papel central na organização das mulheres camponesas brasileiras (Lassak, 2012, p. 91). De acordo com Lassak (2012, p. 90), “a situação da mulher nas regiões rurais do Brasil é caracterizada por extremo desfavorecimento e desigualdade”, isto porque estão mais expostas às estruturas de opressão familiar, política e econômica. Grande parte dessas mulheres são atingidas pela pobreza não apenas por pertencerem à população agrária, mas em razão de seu sexo estão sob estruturas machistas e patriarcais que as impedem de ter acesso igualitário a recursos.

Com o passar do tempo, entretanto, mudanças dentro da Igreja afastaram-na de movimentos como o ecofeminismo, devido ao processo de restauração incitado pela hierarquia romana que se distanciavam das questões sociais mais urgentes, como as lutas sociais (Lassak, 2012, p. 92 e 99). Deixaram, no entanto, profundas raízes da religiosidade e da tradição cristã na luta das mulheres, além de terem sido responsáveis pela criação de espaços de “alfabetização política no qual se ensinava a integrar lutas sociais e espiritualidade, resistência e fé” (Lassak, 2012, p. 91-92 e 98). Com a existência deste vácuo, deixado pela Igreja Católica, novas correntes religiosas de diferentes denominações tornaram-se mais presentes. Entretanto, a diversificação da mística religiosa/práticas de fé dessas mulheres, acarretou

uma crescente autonomia em relação às Igrejas no movimento (Lassak, 2012, p. 99 e 100). Ainda assim, a Teologia da Libertação deixou marcas importantes como “a tarefa de refletir, sistemática e teologicamente, os processos de mudança e de desenvolver perspectivas teológicas libertadoras”.

Assim, o ecofeminismo nos convida a repensar os símbolos do sagrado e pensar o mundo sobre nova perspectiva (Ress, 2010, p. 116). Com ênfase nos espaços comunitários, nas decisões de grupos, em uma visão mais integral da vida baseada em relações de igualdade, dando voz a quem não a tem, como a terra e os demais seres (Ress, 2010, p. 121 e 122). Neste sentido, de acordo com Ress (2010, p. 114), ao citar Trapasso, o ecofeminismo aponta para a harmonização entre os seres humanos e a natureza, por meio da busca de estabelecimento de relações igualitárias entre as pessoas e entre estas e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. A teologia ecofeminista e sua perspectiva simbólico/cultural. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1395-1413, out./dez. 2012. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n28p1395>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 11-34, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n1/0104-026X-ref-23-01-00011.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

HOORNAERT, Eduardo. Ecofeminismo e imaginário cristão. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 20, n. 20, p. 45-58, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/5166>. Acesso em: 10 mai. 2020.

LASSAK, Sandra. Comunidades de Resistência e Libertação: a influência da Teologia (Feminista) da Libertação no Movimento de Mulheres Camponesas. **Caminhos**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 90-109, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2456/1518>. Acesso em: 06 mai. 2020

REIMER, Haroldo. Hermenêutica ecológica de textos bíblicos (2006). **Revista**

Brasileira de Teologia, Rio de Janeiro, nº 3, p. 20-35, 2005. Disponível em: <http://www.abiblia.org/ver.php?id=1259>. Acesso em: 22 abr. 2020.

RESS, Mary Judith. Espiritualidad ecofeminista en América Latina. **Investigaciones Feministas**, v. 1, p. 111-124, 2010. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/INFE/article/view/INFE1010110111A/7690>. Acesso em: 12 mai. 2020.

RICHTER REIMER, Ivoni. As Teologias e Práticas Políticas dos Movimentos (Eco)Feministas. **Caminhos**, Goiânia, v. 17 (Especial), p. 120-137, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7489/4272>. Acesso em: 01 abr. 2020, 23:00h.

_____. Religião, Gênero e Ecologia. **Caminhos**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 89-92, 2013. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2787/1701>. Acesso em: 06 mai. 2020

RUETHER, Rosemary Radford. Ivone Gebara: Teóloga Ecofeminista Latino-Americana. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 20, n. 20, p. 175-185, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/5177>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Recebido em: 15/08/2022.

Aprovado em: 06/11/2022.

Publicado em: 10/11/2022